



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Exma. Senhora
Presidente da Comissão Parlamentar
de Assuntos Europeus
Dra. Regina Bastos

Of. n.º 130 |CNECP|2017

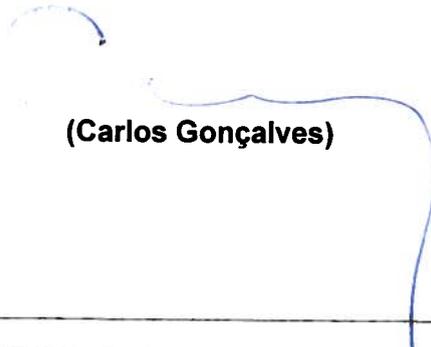
06.dezembro.2017

Assunto: COM (2017) 240

Junto remeto a V. Exa. o Relatório da **COM (2017) 240**, “**Documento de Reflexão Controlar a Globalização**“, aprovado na Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sua reunião de 05 de dezembro de 2017, com os votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, voto contra do PCP e ausência do BE.

Com a expressão dos meus melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente da Comissão,


(Carlos Gonçalves)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Parecer

COM (2017) 240

Autor: Filipe Lobo d'Avila

DOCUMENTO DE REFLEXÃO CONTROLAR A GLOBALIZAÇÃO



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

INDICE

PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA

PARTE II - CONSIDERANDOS

PARTE III - OPINIÃO DA DEPUTADO AUTOR DO PARECER

PARTE IV - CONCLUSÕES



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006 de 25 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 21/2012 de 17 de maio, relativa ao “Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia”, a Comissão de Assuntos Europeus enviou à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas a COM (2017) 240 relativa ao “Documento de Reflexão Controlar a Globalização” atento o seu objeto, para efeitos de análise e elaboração do presente relatório.

PARTE II – CONSIDERANDOS

II.a Geral

O Documento de Reflexão Controlar a Globalização é um dos relatórios suplementares apresentados pela Comissão Europeia no contexto do lançamento do Livro Branco sobre o Futuro União Europeia¹, em março de 2016, por ocasião do 60.º aniversário do Tratado de Roma. O Livro Branco inaugurou um novo processo de discussão e reflexão sobre o futuro da União a 27, identificando os desafios e oportunidades que se colocam ao projeto de integração europeia e enunciado as diferentes opções que a Europa dispõe para responder em conjunto a esses mesmos desafios.

Nesse sentido, o Documento de Reflexão Controlar a Globalização constitui o 2.º da série de documentos de reflexão sobre temas fundamentais para o futuro da União², e encontra-se organizado em cinco capítulos, que analisam em detalhe as consequências e os desafios da globalização, avançando com um conjunto de medidas que favorecem e asseguram um quadro de governação

¹ https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/livro_branco_sobre_o_futuro_da_europa_pt.pdf

² Dimensão Social da Europa; Controlar a Globalização; Futuro da União Económica e Monetária; Futuro da Defesa; Futuro das Finanças da UE.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

adequado para responder a muitas das questões que surgem normalmente associadas ao fenómeno da globalização.

O Relatório começa por contextualizar o fenómeno da globalização em termos históricos, atendendo às diferentes fases que caracterizam a evolução deste processo, com um ponto de partida na abertura do Canal do Panamá, em 1914, até 2015 com a adoção da Agenda 2030 e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou da primeira entrega comercial feita por um drone. Numa ótica mais ampla, o documento discrimina as três vagas da globalização, interrompidas pelo Protecionismo que se estendeu de 1922-22 até ao final da 2.ª Guerra Mundial:

- A primeira vaga, a partir do século XX até ao eclodir da 1.ª Guerra Mundial;
- A segunda vaga que se situa entre o pós-Segunda Guerra Mundial e o final da Guerra Fria; e
- Por último, a terceira vaga que é marcada definitivamente pelo período que se seguiu após a Guerra Fria e a mundialização dos mercados financeiros internacionais até ao presente momento.

O processo da globalização evoluiu de um processo inicial motivado pelo comércio de bens e o fluxo de capitais para um processo mais abrangente baseado no conhecimento, sob o impulso da rápida evolução tecnológica.

Analisa-se ainda, neste primeiro capítulo, os problemas transnacionais (fluxos migratórios sem precedentes, ameaças terroristas, crises financeiras, pandemias e alterações climáticas) mas também as oportunidades positivas que a interligação crescente abre e que o Documento, a título exemplificativo, destrinça: a interação através da Internet favorece a partilha de ideias, culturas e experiências; *“os estudantes podem aceder em linha a cursos por universidades de renome em todo o mundo”*; *“os países podem produzir mais com menos custos, especializando-se naquilo que fazem de melhor e explorando as economias de escala nos mercados mundiais”*; *“a concorrência internacional, ação mundial contra as alterações climáticas, a cooperação científica e o intercâmbio de ideias”* contribuem *“para estimular a criatividade e acelerar a inovação”*; a ascensão sólida das exportações da UE, *“que em 2016 ascenderam a 1 746 de EUR no total”*; *“a disponibilidade de fatores de produção*



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

mais baratos; “a abertura do comércio internacional estimulou o crescimento económico da UE, reforçando a prosperidade e contribuindo para a sua competitividade”.

Verifica-se, face ao atrás exposto, que de facto, as economias mais abertas apresentam menos desigualdades. A globalização apresenta efeitos positivos, nomeadamente no que diz respeito ao contributo para a erradicação da pobreza no Mundo mas também para o reforço da estabilidade, democracia e paz.

No entanto, a par dos efeitos positivos, a globalização tem gerado uma repartição desigual dos seus benefícios, que é devidamente considerada pelo documento em análise, e esquematizada através de um conjunto extenso de desafios: “encerramento de fábricas, à destruição de postos de trabalho e pressões no sentido de redução dos salários e das condições laborais”, como consequência da disparidade entre os quadros normativos ambientais e sociais adotados nos países fora da Europa e nos países europeus; “redução de postos de trabalho disponíveis para pessoas com menos qualificações, em especial na indústria transformadora”, devido à combinação entre a globalização e a inovação tecnológica, que favorece a procura de mão-de-obra qualificada; “o aumento da imigração pode gerar tensões sociais”, em virtude da desadequação das infraestruturas locais ao ritmo da imigração: “os rendimentos reais das famílias da classe média da UE e de outras economias desenvolvidas estagnaram, na sua maior parte, mesmo quando a economia cresceu no seu conjunto”.

Para além disso, os efeitos da globalização repercutem-se na perceção dos europeus sobre o mesmo processo. Nesse sentido, o Documento apresenta-nos os resultados das respostas às perguntas sobre a satisfação dos europeus com a globalização, as perspetivas económicas e o efeito sobre a identidade nacional. O resultado dos dois primeiros indicadores analisados sugerem-nos uma perceção positiva, enquanto na perceção aferida em relação aos efeitos da globalização sobre a identidade nacional, os resultados mostram uma avaliação negativa.

Outro aspeto que nos parece relevante salientar é a que a preocupação expressa pelos inquiridos revela uma perceção de perda de controlo por parte dos governos europeus, da sua incapacidade ou resistência em “moldar a globalização e gerir o seu impacto de uma forma benéfica para todos”.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

No segundo capítulo analisam-se as perspetivas futuras da globalização, sendo mobilizados dados sobre os principais setores afetados e as novas tendências sobre o mercado de trabalho, a mobilidade, a demografia, a tecnologia, etc., que ilustram bem a transformação provocada pela globalização.

Relativamente aos principais setores afetados, cabe especificar os transportes, a energia, o setor agroalimentar, as telecomunicações, a distribuição, os serviços financeiros, a produção industrial e os cuidados de saúde. Na interpretação desta dimensão, é necessário referir um aspeto transversal a todos os setores apontados e que é a automatização ou digitalização da economia, que torna os custos de mão-de-obra menos pertinentes, as tarefas simples e repetitivas obsoletas; e que poderá agravar as disparidades no mercados laboral.

No domínio da mobilidade, o Documento indica um aumento assinalável deste eixo, que se traduz numa ampliação do número de pessoas a mudar de país em 2025, num crescimento súbito da população juvenil em África e num eventual aumento dos fluxos migratórios das regiões afetadas pela instabilidade e pela pressão das alterações climáticas para outros países que assegurem condições de segurança e prosperidade, a menos que sejam canalizados meios de apoio humanitário e financeiro para promover a estabilidade e prosperidade nos países de origem.

Relativamente à demografia, os dados esquematizados no Documento perspetivam um decréscimo da quota-parte da Europa na população mundial, passando a representar apenas 5,5% em termos globais. Para além disso, em 2015, prevê-se que 61% dos 8 mil milhões de pessoas da população mundial situar-se-á no continente asiático, e em particular na China.

No plano tecnológico, cabe observar o incremento das oportunidades transnacionais criadas pela tecnologia digital e o comércio eletrónicos, em relação às quais as empresas de menor dimensão não estão excluídas. O acesso ao conhecimento é outro dos aspetos realçados pelo Documento, que o considera como um fator impulsionador do trabalho à distância.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Porém, estas mudanças provocadas pela globalização podem provocar reações por parte dos vários países tendentes a orientações isolacionistas ou inertes como resposta a algumas das tendências acima referidas, e que são devidamente detalhadas no Documento apresentado. Em termos genéricos, a Comissão alerta para os resultados desastrosos económicos, sociais e políticos que podem resultar dos movimentos designados de “antiglobalização”, recorrendo ao exemplo histórico da Grande Depressão dos anos 30, que contribuiu para a eclosão da Segunda Guerra Mundial

Com efeito, o Documento em apreço aponta para a necessidade de se adotarem soluções comuns, recomendando o reforço dos mecanismos de governação global através de instituições multilaterais e normas que atalhem os problemas suscitados pela economia global, as alterações climáticas ou a evasão fiscal; como a implementação de políticas internas que promovam a competitividade e resistência por forma a melhor gerir os efeitos da globalização.

O terceiro capítulo incide sobre as medidas que a UE deve adotar no sentido de *“conciliar os meios da globalização (abertura de mercados e progresso tecnológico) com os seus fins (promoção dos direitos e aumento do bem-estar)”*. Considerando como um dado adquirido que o código de normas globais está muito longe de estar completo, nomeadamente no domínio da economia digital ou noutras áreas, onde as normas não preveem condições equitativas ou não regulam suficientemente certas práticas desleais ou prejudiciais, deve ser devidamente ponderada não só a proteção da atual ordem mundial assente em normas comuns e exigentes como o reforço da coordenação das políticas económicas, com vista a um crescimento sólido, sustentável, equilibrado e inclusivo.

Para além destes, há que contribuir para a reforma das instituições multilaterais, por forma a torná-las mais justas e eficazes, dando um novo impulso à cooperação com coligações de menor dimensão, não apenas com organizações internacionais mas também com ONG’s.

A Comissão apresenta um conjunto de iniciativas, sublinhando a vantagem da adoção de normas ou critério internacionais, num âmbito multilateral através da cooperação internacional, da diplomacia económica e dos instrumentos necessários para assegurar condições de concorrência equitativas. Em resumo, têm-se:

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

- *A Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável como ponto de referência para a definição das prioridades nos esforços futuros em benefício da prosperidade, do planeta e das pessoas, em especial dos países de desenvolvimento;*
- *O Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento como instrumento de harmonização da sua política de desenvolvimento com a Agenda de 2013;*
- *O Plano de Investimento Externo;*
- *Uma Diplomacia Económica Europeia mais proativa e integrada;*
- *O Acordo de Paris sobre as Alteração Climáticas;*
- *Uma melhor aplicação dos acordos e regras em vigor em domínio como o comércio, as normas laborais, o clima e a proteção do ambiente;*
- *Um Tribunal Multilateral de Investimento como mecanismo justo e transparente no âmbito da resolução de litígios entre investidores e o Estado;*
- *A adoção de instrumentos de defesa comercial eficazes.*

O quarto capítulo é dedicado à resposta interna da Europa. De entre as várias respostas propostas pela Comissão com vista a reforçar a resiliência através de uma melhor partilha dos benefícios e da promoção da competitividade a longo prazo, e aqui a essência assenta na coordenação estrita das políticas sociais dos EM, destacam-se a redistribuição mais justa e equitativa da riqueza e os investimentos orientados para a promoção da inclusão social, para o apoio à inovação e para benefício do mercado interno.

Este capítulo encontra-se ligado ao documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa, publicado no dia 27 de abril de 2017³, que sugere precisamente um reforço cada vez maior dos direitos sociais individuais e coletivos e a promoção da cooperação com os parceiros sociais a nível europeu e nacional.

Ao fazer-se a compactação das diferentes alíneas que constituem o presente capítulo, os objetivos principais propostos pela Comissão passam a ser os seguintes:

³ https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/reflection-paper-social-dimension-europe_pt.pdf

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

- Promover o acesso a um ensino e a uma formação de elevada qualidade, iniciando-se este com um ensino básico de nível elevado e acesso, em todas as idades, à formação e ao desenvolvimento de competências, e encontrando-se novas formas de aprendizagem, nomeadamente no plano digital;
- Facilitar o acesso de todos ao mercado de trabalho, através da adoção de medidas que garantam a igualdade de oportunidades e a inclusão social, o acesso a cuidados de saúde à guarda de crianças, aumento de participação das mulheres no mercado de trabalho, à promoção da conciliação entre a vida familiar e profissional e o aumento de oportunidade de emprego para as pessoas com mobilidade reduzida;
- Modernizar a economia mediante a digitalização, a inovação tecnológica e social, e descarbonização e a economia circular, tomando medidas concretas a nível da UE, dos EM, a nível local e regional⁴;
- Garantir o acesso das empresas inovadoras ao financiamento, facultar quadros regulamentares que favoreçam o investimento e desenvolver infraestruturas essenciais, nos domínios digital, da energia e dos transportes;
- Reforçar a transição europeia para uma economia europeia digital, descarbonizada e mais circular que integre plenamente os ODS na política europeia e aprofunde drasticamente o Mercado Único Digital de modo a estabelecer regras e normas comuns na UE que incentivem o investimento nas tecnologias do futuro;
- Atender às necessidades de investimento a nível local e regional, colmatando as lacunas de competências e nos obstáculos regulamentares existentes, e assegurando que todas as regiões estejam em condições de beneficiar do mercado interno e melhor preparadas para os desafios da globalização.

⁴ Neste plano, existe no Documento uma referência a uma PME portuguesa, que desenvolveu uma aplicação que permite aos clientes escanear produtos para evitar as filas de espera nas caixas e combinar as listas de comprar com as configurações da loja.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Finalmente, a Comissão apresenta esquematicamente na Figura 8: Regular a globalização – Uma tarefa partilhada, um conjunto de orientações aos níveis da UE, dos EM, regional e locais, evidenciando sumariamente a forma para tornar a economia europeia mais competitiva, sustentável e resiliente à globalização.

O presente Documento constitui o contributo da Comissão Europeia para tornar a Europa mais forte e adequar as respostas às aspirações dos Europeus. A Europa deve assim agir no sentido de partilhar de forma mais justa os benefícios da globalização em linha com os princípios da solidariedade e sustentabilidade. No entanto, tal como sugere o Documento, controlar a globalização começa em casa, e nesse sentido, as instituições não podem atuar sozinhos, é necessário um esforço conjunto dos EM.

II.b Acompanhamento e apreciação pela Assembleia da República da participação portuguesa no processo de construção da União Europeia

A Assembleia da República acompanha desde o início o processo lançado pela Comissão Europeia e formalizado pela apresentação do Livro Branco sobre o Futuro da União e dos seus subsequentes e complementares documentos de reflexão, quer em sede plenária quer em sede de audição parlamentar. De todos os debates e audições realizadas em plenário e na Comissão de Assuntos Europeus, parece-nos pertinente recordar a reunião realizada na Comissão de Assuntos Europeus, no dia 5 de Julho de 2017, na qual o Ministro dos Negócios Estrangeiros enfatizou a importância que é dada no documento sobre a globalização para *“a necessidade da regulação ou do controlo ou da apropriação da globalização pela Europa e os compromissos muito claros e muito firmes expressos nesse documento da UE em relação à Agenda 2030, à agenda do clima, à agenda para o comércio e investimento equilibrada baseada em regras e progressista”*⁵.

⁵ <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=2141&title=audicao-ao-ministro-dos-negocios-estrangeiros>



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A Assembleia da República participou na conferência pública “Livro Branco da Comissão Europeia; Futuro da Europa em debate”, organizada pela Representação da Comissão Europeia em Portugal e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que decorreu no dia 14 de julho, às 18h30, no Teatro Thalia, em Lisboa⁶.

PARTE III - OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO PARECER

Há que reconhecer o mérito da iniciativa lançada pela Comissão Europeia, a qual tem como objetivo “pôr no papel” a necessidade de uma clarificação do interesse comum europeu; chamando à responsabilidade os Estados-Membros para repensar e decidir o seu próprio futuro.

No momento em que a Europa se encontra é preocupante o adiamento constante na resposta aos desafios exigentes e atuais que o projeto europeu enfrenta. De eleição em eleição a Europa assiste, em sobressalto, a cada momento eleitoral. E isso não só não é saudável como é indutor de uma enorme e perigosa turbulência.

A Europa precisa de *“alinhar as expectativas com a realidade”*. É nesse exercício de equilíbrio, entre as expectativas e a realidade, que as respostas políticas têm de ser encontradas.

Vivemos num Mundo em acelerada mudança. O papel da Europa neste Mundo em tão acelerada mudança, em que simultaneamente nos deparamos com desafios internos como os atuais, merece uma atenção mais precisa. Procurando contextualizar estes desafios no plano internacional, o seu efeito poderá analisar-se em três fenómenos diferentes mas contemporâneos:

1. A globalização e a emergência da China no comércio internacional e nos mercados globais;
2. A digitalização ou a automação da economia – frequentemente muitas das críticas que são dirigidas à globalização têm uma deficiente perceção. A maior parte dos problemas sociais e económicos que percorrem o Ocidente devem-se mais à substituição do fator humano pela tecnologia do que à deslocalização das empresas;

⁶ <https://www.sgeconomia.gov.pt/destaques/conferencia-o-futuro-da-europa-em-debate-14-de-julho-teatro-thalia-lisboa-.aspx>



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

3. A queda do Muro de Berlim, que nos habituou à separação e à organização do Mundo em dois blocos, que eram em qualquer caso, atlânticos e europeus. O Mundo em que fomos educados – ou o Mundo em que crescemos – era essencialmente um mundo ocidental e europeu. Hoje o Mundo é cada vez menos ocidental e é cada vez mais oriental e não é seguramente um Mundo essencialmente europeu. E é esse provavelmente o fator cultural mais relevante que explica o irracional ressentimento dos europeus e de alguns americanos com o Mundo que conhecemos hoje.

Note-se que os efeitos destes três fenómenos sobre a Europa encontram-se já em fase avançada, não embrionária. Neste esforço de reflexão sobre o futuro da Europa, importa sublinhar a importância da unidade, que é, face a estes desafios, mais importante do que nunca.

A resposta europeia aos exigentes desafios atuais passa por uma Europa mais europeia e mais próxima dos cidadãos. É a melhor resposta - uma ação coordenada para melhorar a competitividade europeia e contribuir para aperfeiçoar a governação global. Convém reconhecer o problema de competitividade com que a Europa se defronta. O diagnóstico está aliás feito nos documentos de reflexão apresentados pela Comissão e as prescrições não são demasiadamente diversas. Ao mesmo tempo, não podem ser descuradas as virtudes singulares do modelo social europeu, atualizando-o e reformando-o, mas acima de tudo, defendendo-o.

Aprofundar o mercado interno, completar a União Económica e Monetária, avançar nas reformas estruturais permitir-nos-á continuar a ganhar escala e aumentar a nossa produtividade. Não querendo agir de forma isolada mas em conjunto.

No atual contexto global, o aprofundamento da integração económica e monetária ganha maior urgência. A Europa terminará o ano no Conselho Europeu de Dezembro num ambiente de maior estabilização externa e interna. Há que melhorar as respostas comuns, ter a consciência de que a crise resultou tanto de fatores externos à Europa como de deficiências graves ao nível da governação económica prevista nos mecanismos e tratados europeus. E, por isso mesmo, só respostas combinadas internacionais, europeias e nacionais permitem ultrapassá-la.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

PARTE III – CONCLUSÕES

- 1- Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006 de 25 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 21/2012 de 17 de maio, relativa ao “Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia”, a Comissão de Assuntos Europeus enviou à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas a COM (2017) 240 Final – **Documento Reflexão Controlar a Globalização**;
- 2- A Comissão dá, assim, por concluído o escrutínio da presente iniciativa, devendo o presente Relatório, nos termos da Lei n.º 43/2006 de 25 de agosto de 2006, ser remetido, para os devidos efeitos, à Comissão de Assuntos Europeus.

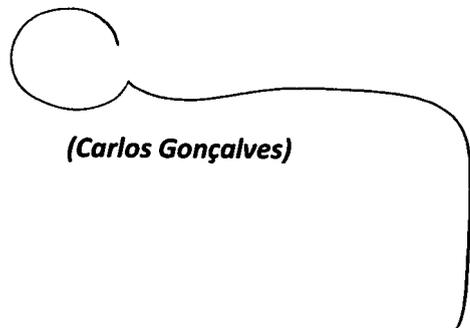
Palácio de S. Bento, 5 de dezembro de 2017

O Deputado Autor do Parecer



(Filipe Lobo D'Ávila)

Vice-Presidente da Comissão



(Carlos Gonçalves)

